

X LEGISLATURA
ACTA Nº 113/X/4ª SL

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2009, pelas 10h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, havendo como havendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil.**
2. **Apreciação e votação dos seguintes Requerimentos:**
 - CDS-PP - "Solicita Audição do Professor Mário de Carvalho (Herdade da Revilheira – Évora)"*
 - PCP - "Propõe criação de um Grupo de Trabalho (Transparência na utilização de dinheiros públicos)"*
 - PCP - "Solicita audiência com o Sr. Ministro da Economia e da Inovação (Apurar responsabilidades em relação ao incumprimento do contrato relativo ao navio destinado à Região Autónoma dos Açores e de debater a situação e perspectivas futuras de laboração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo)"*
 - PCP - "Solicita audiência do Senhor Ministro da Economia e da Inovação - Política Energética"*
 - PCP - "Solicita audiência com o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas"*
3. Discussão do **Projecto de Resolução 392/X/4ª - "Recomenda ao Governo a racionalização do regime de apanha lúdica e de semi-subsistência."**
4. Apreciação e votação do Relatório sobre a **Petição 549/X/4ª - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei n.º 647/76, de 31 de Julho"** Rel: Dep. Agostinho Lopes (PCP).
5. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projecto de Lei 558/X/3ª - "Estabelece o regime aplicável à gestão de óleos alimentares usados"** Rel: Depª. Fátima Pimenta (PS).
6. Apreciação e votação do parecer referente ao **Projecto de Lei 613/X/4ª - "Regime jurídico dos empreendimentos turísticos"** Rel: Dep. José Mendes Bota (PSD)
7. Distribuição da **Proposta de Lei 261/X/4 - "Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)."**
8. Distribuição do **Projecto de Lei 739/X /4 (BE) - "Revoga o regime dos PIN e dos PIN+."**
9. **Outros assuntos**
 - Expediente
 - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil**, o Sr. Presidente começou por dar as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil e à sua equipa.

O Sr. Deputado Carlos Poço efectuou uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, na sequência da realização da audiência após aprovação do Requerimento do PSD, aprovado pela CAEIDR. Na sequência da interpelação, o Sr. Deputado Carlos Poço efectuou uma intervenção e colocou questões sobre: o balanço da actividade de protecção civil em Portugal nos últimos meses, o número de meios envolvidos, a sua operacionalização em termos de eficácia e eficiência, a reformulação e reequipamento do corpo de bombeiros, a articulação com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o cadastro florestal, a falta de ambulâncias do INEM, o recrutamento de nadadores-salvadores e a segurança balnear, os meios disponíveis para a protecção civil e a eventual articulação com o Ministério da Saúde referente à denominada gripe suína. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

De seguida, o Sr. Deputado Helder Amaral efectuou uma interpelação à mesa sugerindo que o Sr. Secretário de Estado efectuasse a apresentação dos dados já prevista, e posteriormente se desse seguimento à audição, com mais informação disponível. Efectuou-se um debate sobre essa questão, tendo sido acordada a distribuição da apresentação da directiva operacional nacional¹ aos Grupos Parlamentares.

Usou em seguida da palavra o Sr. Deputado Horácio Antunes, que deu conta de diversos elementos constantes da directiva operacional nacional e dos trabalhos preventivos feito com os agentes em prol da política de defesa da floresta contra incêndios. Questionou, de seguida, o Sr. Secretário de Estado sobre a adequação dos meios existentes às necessidades e à cobertura territorial do país. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Secretário de Estado sobre as eventuais falhas ocorridas, nomeadamente de coordenação, no incêndio do Marão, a falta de meios suficientes – assinalada num Relatório dos serviços responsáveis do Parque – relativamente ao incêndio do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o problema de dívidas para com as corporações de bombeiros e, ainda, sobre o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Helder Amaral, que recordou um anterior Requerimento do CDS-PP sobre idêntica matéria, chumbado em reunião da CAEIDR. Colocou, posteriormente, questões ao Sr. Secretário de Estado, nomeadamente sobre o período de duração dos incêndios e áreas ardidadas, as falhas existentes e onde, a pressão exercida no território, que aumenta o risco de incêndios e a descoordenação de meios. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou o desenvolvimento do sistema de protecção civil desde o ano de 2005, questionando a sua organização e eficácia em termos preventivos, as alterações dos níveis de temperatura, o reequacionamento dos níveis de prontidão, os tempos de resposta às ocorrências, os resultados do investimento no sistema de prevenção em ainda, o modo de concretização da coordenação com os Gabinetes Florestais Municipais. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções.

O Sr. Deputado Carlos Poço deu conta da preocupação face aos dados distribuídos, face à comparação de 2009 com 2008, pelo aumento de ocorrências para o mesmo número de meios, antecipando problemas graves para o período mais quente do ano. Considerou, ainda, que deveria fazer parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil um plano de formação aos agricultores.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Carloto Marques, que questionou o Sr. Secretário de Estado sobre o novo modelo de contratualização a aplicar ao GAUF (Grupo de Análise e Uso do Fogo), a concessão de férias aos bombeiros canarinhos em Novembro e o aluguer de meios aéreos já nesta época.

O Sr. Deputado Carlos Lopes considerou que Portugal está hoje melhor preparado para o combate aos fogos. Questionou os objectivos de promoção do voluntariado, da sua formação e futura profissionalização

¹ A apresentação efectuada (e a documentação distribuída) faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultada no respectivo site *internet*.

dos agentes envolvidos e das equipas de intervenção permanente dos bombeiros voluntários, bem como a protecção individual dos bombeiros voluntários.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes registou a dificuldade do Sr. Secretário de Estado em reconhecer os problemas existentes, recordando as questões feitas anteriormente sobre o problema do incêndio do Marão, bem como das áreas protegidas. Questionou, de seguida, o Sr. Secretário de Estado sobre a situação da contratação dos postos de vigia, dos guardas florestais da GNR, o novo local de formação dos sapadores florestais e, ainda, a actuação da empresa EMA enquanto prestadora de serviços a entidades externas.

O Sr. Deputado Helder Amaral registou as informações transmitidas pelo Sr. Secretário de Estado sobre os planos distritais de emergência, fez votos para que a Autoridade Nacional de Protecção Civil esteja preparada para as condições normais meteorológicas do verão, considerando existirem várias carências e que haja uma maior coordenação nesta matéria. Considerou, ainda, essencial definir-se um mapa nacional da capacidade de resposta dos bombeiros, questionando ainda sobre a elaboração de um plano de intervenção para as áreas protegidas.

A Sra. Deputada Alda Macedo questionou o Sr. Secretário de Estado sobre a carta de risco sísmico de Lisboa, acentuando a necessidade de diálogo entre Ministérios e de maior cooperação nas matérias em discussão, nomeadamente quanto aos factores de risco, como o combustível no terreno.

O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder, em bloco, às questões colocadas na 2ª ronda de intervenções.

O Sr. Presidente agradeceu as informações e esclarecimentos prestados, formulando votos para que, em prol do país, os resultados da política de combate aos incêndios tivesse resultados compatíveis com os meios. De seguida, deu a audição por terminada.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação de diversos requerimentos**, o Sr. Deputado Helder Amaral começou por apresentar o Requerimento que "*Solicita Audição do Professor Mário de Carvalho (Herdade da Revilheira – Évora)*". O Sr. Presidente da Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCAFDRP) recordou a vinda do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas à Comissão em 19 de Maio, pelo que oportunamente se poderiam colocar questões sobre essa matéria. Tendo mantido o Requerimento para votação, e não havendo mais intervenções, o Requerimento foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou, de seguida, o Requerimento que "*Propõe criação de um Grupo de Trabalho (Transparência na utilização de dinheiros públicos)*". O Sr. Deputado Jorge Seguro usou da palavra para dar conta que a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes faria sentido há bastante tempo, não no momento presente, em que existe grande disponibilização de informação (através da *internet* bem como das respostas aos Requerimentos). Fez chegar à Mesa um dossier para eventual disponibilização aos Grupos Parlamentares. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou o grande atraso do Sr. Ministro da Economia e da Inovação no cumprimento dos prazos regimentalmente definidos para resposta a Requerimentos, mas recordou que o Requerimento em questão se referia a informações que o Governo se recusava a transmitir por considerar tratar-se de segredo de negócio, para além do acompanhamento que se deveria fazer aos compromissos assumidos pelas empresas apoiadas pelo Estado, nomeadamente em matéria de criação de emprego. O Sr. Deputado Helder Amaral considerou que a segunda intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes esclarecia a questão, considerando ser de todo o interesse da CAEIDR e da Assembleia da República aceder a esta informação, ainda que agradecendo a informação entretanto disponibilizada pelo Sr. Deputado Jorge Seguro. A Sra. Deputada Alda Macedo, por seu turno, considerou que o importante seria saber as condições constantes dos contratos que atribuem

os incentivos às empresas apoiadas, pelo que a constituição de um Grupo de Trabalho faria todo o sentido, mais até do que no passado. O Sr. Deputado Jorge Seguro recordou que a divulgação completa das informações constantes dos contratos poderia levantar questões de concorrência, pelo que se aconselharia a prudência nessa matéria. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o problema não residia nos montantes atribuídos, mas as condições para a sua atribuição, que a Assembleia da República deveria acompanhar e fiscalizar. Acresce o facto de que o Grupo de Trabalho poderia funcionar com reserva quanto à informação disponibilizada. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação, sendo rejeitado com os votos contra do PS, abstenção do PSD e favoráveis do CDS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou, de seguida, o Requerimento que "*Solicita audição com o Sr. Ministro da Economia e da Inovação (Apurar responsabilidades em relação ao incumprimento do contrato relativo ao navio destinado à Região Autónoma dos Açores e de debater a situação e perspectivas futuras de laboração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo)*". O Sr. Deputado Jorge Seguro deu conta que a matéria já estava a ser acompanhada, nomeadamente através de um conjunto de audições em sede da Comissão de Defesa. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o Sr. Ministro da Economia e da Inovação deveria responder pela sua responsabilidade na matéria. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi votado e rejeitado com os votos contra do PS, abstenção do CDS-PP e favoráveis do PSD, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Seguidamente, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento que "*Solicita audição do Senhor Ministro da Economia e da Inovação - Política Energética*", recordando resultar da proposta do Sr. Ministro da Economia e da Inovação na última audição em sede da Comissão. O Sr. Deputado Jorge Seguro considerou não se tratar necessária uma audição antes da próxima regimentalmente prevista, recordando a possibilidade de ser efectuado um agendamento potestativo. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou ter sido o Sr. Ministro a sugerir a audição específica, com vista a debater as questões energéticas. O Sr. Deputado Carlos Poço concordou que o Requerimento do PCP apenas operacionalizaria a disponibilidade manifestada pelo Sr. Ministro. De seguida, o Requerimento foi submetido a votação, sendo rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Enfim, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento que "*Solicita audição com o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas*", na sequência da última audição com o Sr. Ministro e das visitas de trabalho efectuadas em sede da SCAFDRP. O Presidente da SCAFDRP, Sr. Deputado Miguel Ginestal, recordou que o Sr. Ministro viria à CAEIDR a 19 de Maio, pelo que poderia responder às questões constantes do Requerimento. O Sr. Deputado Agostinho Lopes discordou da intervenção. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação e rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, referente à **Discussão do Projecto de Resolução 392/X/4^a - "Recomenda ao Governo a racionalização do regime de apanha lúdica e de semi-subsistência"**, o Sr. Presidente informou não haver ainda uma esclarecimento por parte da Conferência de Presidentes de Comissões, pelo que propôs o adiamento da discussão do referido Projecto de Resolução, proposta que foi aceite pelos Grupos Parlamentares.

No ponto 4 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição 549/X/4^a - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei n.º 647/76, de 31 de Julho"**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o relatório. Não havendo intervenções, este foi votado favoravelmente por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 5 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do parecer referente ao Projecto de Lei 558/X/3^a - "Estabelece o regime aplicável à gestão de óleos alimentares usados"**, a Sra. Deputada Fátima Pimenta apresentou o parecer nas suas várias partes. A Sra. Deputada Alda Macedo deu conta do voto contra do BE ao parecer, considerando que a sua parte II estava demasiado extensa e condicionava a parte III. A Sra. Deputada Fátima Pimenta deu conta da importância da parte II pelo facto de valorizar o trabalho dos Deputados e a análise que estes fazem das iniciativas legislativas. Não havendo mais intervenções, o parecer foi votado, tendo a parte I sido aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP; a parte III sido aprovada quanto aos seus pontos 1 a 3 com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e CDS-PP e a abstenção do BE e sido aprovada quanto aos pontos 4 e 5 com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e CDS-PP e o voto contra do BE. Em ambas as votações registou-se a ausência do PEV.

No ponto 6 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do parecer referente ao Projecto de Lei 613/X/4^a - "Regime jurídico dos empreendimentos turísticos"**, foi consensualmente deliberado adiar para a reunião seguinte.

No ponto 7 da Ordem do Dia, referente aos **Distribuição da Proposta de Lei 261/X/4 - "Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)"**, foi nomeado o Sr. Deputado Agostinho Lopes para elaboração do parecer.

No ponto 8 da Ordem do Dia, relativo à **Distribuição do Projecto de Lei 739/X /4 (BE) - "Revoga o regime dos PIN e dos PIN+."**, foi nomeado o Sr. Deputado Helder Amaral para elaboração do parecer.

No ponto 9 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta da necessidade de redistribuir a Petição 563/X/4^a - *Para que sejam excluídos do Regulamento de Reconhecimento Mútuo os artefactos de metais preciosos*, tendo o GP do PS ficado responsável por nomear um(a) Deputado(a). A Sra. Deputada Rita Miguel foi nomeada para elaboração do parecer ao *Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia*. Foi dada anuência pelos diversos Grupos Parlamentares à síntese feita pelos serviços de apoio à Comissão de Assuntos Europeus sobre os pareceres das Comissões à iniciativa europeia sobre as Regiões Ultraperiféricas. Enfim, foi dado conhecimento aos Grupos Parlamentares da iniciativa da Associação Empresarial de Portugal - Compro o que é Nosso, que propunha a realização de um almoço com os membros da CAEIDR. Esta proposta mereceu o acolhimento por parte dos diversos Grupos Parlamentares.

A reunião foi encerrada às 13h50, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 29 de Abril de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 9 de Junho de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- Alda Macedo
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Hélder Amaral
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Agostinho Gonçalves
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Fão
- Manuel José Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Afonso Candal
- Magda Borges

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Hortense Martins
- José Luís Ferreira
- Mendes Bota